

Política



“Meu sucessor ou sucessora irá herdar uma cidade funcionando, uma prefeitura organizada”.

Fred Guidoni (PSDB)
Prefeito de Campos do Jordão

ELEIÇÕES PRÓXIMO ENTREVISTADO DA SÉRIE DE OVALE QUE OUVES OS GOVERNANTES DA REGIÃO SERÁ FELIPE AUGUSTO, DE SÃO SEBASTIÃO

‘Mudamos a cidade’, diz Guidoni sobre mandatos

No último de seus oito anos como prefeito de Campos do Jordão, Fred Guidoni valoriza evolução na gestão pública e diz que município ainda precisa avançar na área da habitação

OV
ENTREVISTA

CAMPOS DO JORDÃO

Caíque Toledo
@CaíqueToledo



Chegando ao fim de seus dois mandatos, o prefeito de Campos do Jordão, Fred Guidoni (PSDB), afirma que mudou a cidade em seus quase oito anos de gestão.

O tucano diz que seu sucessor receberá um município “funcionando” e uma prefeitura “organizada.”

Qual avaliação do governo?

Nestes quase oito anos à frente da Prefeitura mudamos a cidade. Mudou o turismo, mudaram as oportunidades de emprego e renda, mas, sobretudo, mudou a forma de



Serra. Vista de Campos, um dos maiores destinos turísticos do Vale

gestão. Somos um time, uma equipe de trabalho capacitada e determinada, coerente e acima de tudo profissional. Nesse novo modelo, aproximamos a Prefeitura das pessoas e vice versa. Vemos hoje mudanças significativas e avanços em toda parte.

Expectativa para o ano?
Estamos colhendo frutos do

que plantamos. Na Administração Pública, as ações precisam ser planejadas e há um tempo grande entre o projeto e a entrega das obras. A minha expectativa neste ano é a de entregar, ou deixar bem encaminhadas, as muitas frentes de trabalho que estamos tocando simultaneamente. Estamos investindo em segurança, seja nos bairros ou centro da cidade.

O que não será possível?

Nós entregamos nestes anos um novo conjunto habitacional, que estava parado há décadas. Em parceria com a CDHU estamos obtendo as licenças ambientais para construir um novo conjunto. Mas não conseguirei entregar. A questão habitacional, em Campos do Jordão, é bastante delicada, porque não temos áreas planas, para a construção. Isso encarece o custo de cada unidade, porque antes da construção é preciso fazer a infraestrutura, o que muitas vezes requer uma grande movimentação de terra. Como o município é uma área de Preservação Ambiental, temos muito mais dificuldade em conseguir as licenças necessárias e não há, no país, um projeto habitacional específico para a construção em cidades pequenas, com muitas áreas de risco, como é a nossa. Este é um ponto em que precisamos avançar não apenas localmente, mas o país, precisa avançar mais.

Maior dificuldade?

O pagamento de dívidas. Nós pagamos cerca de R\$ 30 milhões em Precatórios. Também pagamos R\$ 48 milhões que havia em restos a pagar. Somos uma cidade com cerca de 50 mil habitantes e um orçamento proporcional a este número. Com quase R\$ 80 milhões de pagamento de dívidas, que outros fizeram, quanto mais não poderia ter sido feito com este dinheiro? Com o dinheiro que pagamos de dívidas, oriundas da má gestão dos recursos públicos, teríamos asfaltado todas as ruas e sobraría dinheiro!

E a eleição?

Meu sucessor ou sucessora, irá herdar uma cidade funcionando, uma prefeitura organizada, com as contas em dia e recursos em caixa para honrar os compromissos da cidade. Mas não podemos descuidar. Se não houver competência, sabedoria, profissionalismo, humildade e um prefeito ou uma prefeita que saiba o que faz, experiente em gestão e administração pública e com uma boa equipe trabalhando, um bom projeto de cidade, parceria com os vereadores e alinhamento político com o Governo do Estado, de quem dependemos muito, rapidamente podemos voltar àquela situação de 2013. Não existe dinheiro para fazer tudo. É preciso eleger prioridades. ■

SESSÃO EXTRA

sessaoextra.ovale.com.br

Abre aspas:

“Nossa avaliação é positiva. Realizamos muito em pouco tempo, apenas sete meses de governo”.

Gracinha (PSB). Prefeita de Ilhabela, que assumiu em maio do ano passado, após cassação de Márcio Tenório



Enquete:

QUAL SUA AVALIAÇÃO SOBRE O PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO?

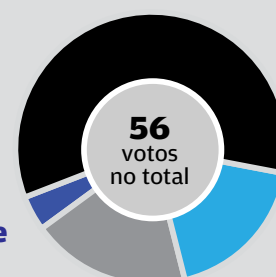
Resultado até às 16h35 de ontem, quando a enquete foi retirada do site do jornal. A enquete não tem valor estatístico.

Positivo
59%

Não sabe
4%

Negativo
18%

Regular
19%



Cury condenado

Lideranças do PT de São José dos Campos compartilharam em suas redes sociais notícias sobre a condenação por improbidade administrativa do ex-prefeito Eduardo Cury (PSDB) por irregularidades em contrato com o Ipllan (Instituto de Pesquisa, Administração e Planejamento).

TCE

Em julgamento nessa terça-feira, a Primeira Câmara do TCE (Tribunal de Contas do Estado) considerou regulares dois contratos da Prefeitura de São José.

Desporto

Um dos contratos foi firmado em 2014, no governo Carlinhos Almeida (PT), com a Organização Social São José Desportivo, que recebeu R\$ 6,231 milhões para o desenvolvimento de atividades de formação e manutenção de atletas, como a equipe de basquete da cidade.

Cedin

O outro contrato foi firmado em 2014 com o Instituto de Ação Social Amigos da Cidade, que recebeu R\$ 1,3 milhão para atuar no Cedin (Centro de Educação Infantil) do Jardim Castanheiras.

Cargo

A Câmara de Jacareí analisa nessa quarta-feira o projeto que cria o cargo de assessor de pessoal e treinamento na Casa. Caso o texto seja aprovado, o cargo será preenchido por concurso público.

Remuneração

A proposta estava apta a ser votada em novembro de 2019, mas foi adiada devido a desentendimentos sobre os vencimentos do cargo. O projeto original consta como R\$ 3.666,71, mas uma emenda foi apresentada pela Mesa Diretora para reduzir a R\$ 2.833,52.

Equiparação

A alteração ocorreu após a CFO (Comissão de Finanças e Orçamento) da Câmara solicitar informações à prefeitura sobre a existência de cargo semelhante, para fins de equiparação salarial com o Poder Legislativo.

Saae

Também está na pauta da sessão ordinária da Câmara de Jacareí dessa quarta-feira o projeto do prefeito Izaias Santana (PSDB) que autoriza o Saae (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) da cidade a conceder parcelamento de seus créditos.

Baixa renda

“Focamos principalmente nos consumidores de baixa renda, pertencentes a categoria de usuários do Saae denominada ‘residencial econômica’, aos quais, por exemplo, pode ser concedida redução de 50% no percentual exigido a título de entrada”, disse Izaias.

Proposta

Os débitos poderão ser parcelados em 36, 48 ou 60 vezes. Além disso, a Procuradoria Jurídica do Saae poderá optar por não ajuizar ou desistir de ações com débitos de até R\$ 470.